



Universidade
Federal
Fluminense



RELATÓRIO CONTÁBIL
DE PROPÓSITO GERAL

2022



Administração central

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega
Reitor

Fabio Barboza Passos
Vice-Reitor

Vera Lucia Lavrado Cupello Cajazeiras
Pró-Reitora de Administração (Proad)

Leonardo Vargas da Silva
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (Proaes)

Cresus Vinicius Depes de Gouvêa
Pró-Reitor de Extensão (Proex)

Aline da Silva Marques
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas (Progepe)

Alexandra Anastácio Monteiro Silva
Pró-Reitora de Graduação (Prograd)

Andrea Brito Latge
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação
e Inovação (Proppi)

Jailton Gonçalves Francisco
Pró-Reitor de Planejamento (Proplan)

Thaiane Moreira de Oliveira
Superintendente de Comunicação Social (SCS)

Carla Siqueira da Silva
Superintendente de Documentação (SDC)

Mário Augusto Ronconi
Superintendente de Operações e Manutenção (Soma)

Livia Maria de Freitas Reis
Superintendente de Relações Internacionais (SRI)

Helcio de Almeida Rocha
Superintendente de Tecnologia da Informação (STI)

Leonardo Caravana Guelman
Superintendente do Centro de Artes (Ceart)

Julio Rogério Ferreira da Silva
Superintendente de Arquitetura,
Engenharia e Patrimônio (Saep)

Equipe técnica

Organização do Relatório Contábil

Pró-Reitor de Planejamento

Jailton Gonçalves Francisco

Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF

Luis Felipe da Costa Santos

Coordenação de Contabilidade – CCONT

Rafael Lines Lessa

Equipe Técnica (Portaria UFF 68.332/2022):

Rafael Lines Lessa

Luis Felipe da Costa Santos

Diogo Drumond Vargas

Nerivaldo Batista de Santana

Diego Jorge Machado Franco

Diogo Monteiro Alves

Henrique Luiz da Silva Costa

Edson Batista Junior

Projeto editorial (Eduff)

Coordenação de produção

Ricardo Borges

Projeto gráfico

Natália Brunnet

Diagramação

Alvaro Faria

Natália Brunnet

Thomás Cavalcanti

Revisão

Graça Carvalho

Sonia de Onofre

Contexto Operacional

A Universidade Federal Fluminense, com sede na cidade de Niterói e âmbito em todo o Estado do Rio de Janeiro, criada pela Lei 3.848 de 18 de dezembro de 1960, instituída conforme a Lei n.º 3.958 de 13 de setembro de 1961, reestruturada nos termos do Decreto n.º 62.414, é uma entidade federal autárquica, de regime especial, com autonomia didática-científica, administrativa, disciplinar, econômica e financeira.

A Instituição possui unidades acadêmicas em Niterói e em oito municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro – Angra dos Reis (Instituto de Educação de Angra dos Reis); Campos dos Goytacazes (Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional); Macaé (Instituto de Ciências da Sociedade); Nova Friburgo (Instituto de Saúde de Nova Friburgo - ISNF); Petrópolis (Escola de Engenharia de Petrópolis); Rio das Ostras (Instituto de Ciência e Tecnologia); Santo Antônio de Pádua (Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior - INFES), e Volta Redonda, onde se situam o Instituto de Ciências Humanas de Volta Redonda, a Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica (EEIMVR) e o Instituto de Ciências Exatas (ICEx). Além do ensino presencial, a UFF oferece cursos EAD (Educação a Distância) distribuídos em 28 municípios incluindo sua sede em Niterói.

Atualmente, a UFF é constituída por 42 Unidades de Ensino, sendo 25 Institutos, 10 Faculdades, 6 Escolas e 1 Colégio de Aplicação. São ao todo 125 departamentos de ensino, 125 cursos de graduação presenciais e 6 cursos de graduação a distância oferecidos em 28 polos da Universidade Aberta do Brasil, em convênio com o CEDERJ-RJ. Na Pós-Graduação Stricto Sensu são 85 programas de Pós-Graduação e 126 cursos, sendo 44 de doutorado, 66 de mestrado acadêmico

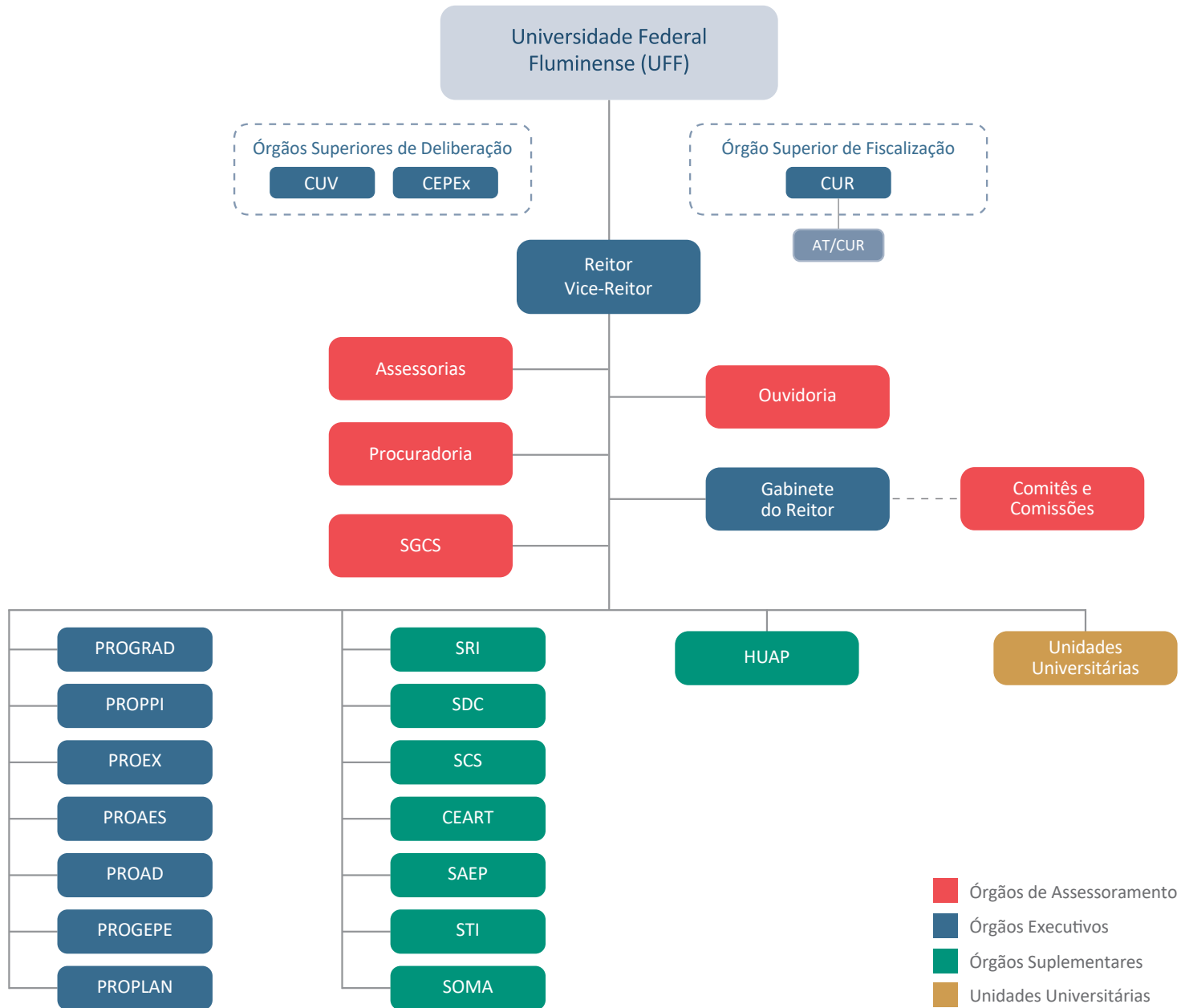
e 16 mestrados profissionais. A Pós-Graduação Lato Sensu apresenta 150 cursos de especialização e 45 programas de residência médica.

A UFF tem em sua estrutura organizacional 10 unidades gestoras, das quais uma é Unidade Gestora Setorial responsável por representar a universidade junto à Setorial de Contabilidade do Ministério da Educação, pertencente ao Governo Federal, e acompanhar e orientar as suas demais unidades no exercício de suas atividades do ponto de vista contábil, orçamentário, financeiro e patrimonial.

Na referida estrutura organizacional, a Coordenação de Contabilidade – CCONT, pertencente ao Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, na Pró-Reitoria de Planejamento, tem dentro de suas competências o seguinte:

- Atividades de orientação, análise e acompanhamento contábil das unidades gestoras da Universidade Federal Fluminense;
- Realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- Elaborar o Relatório Contábil de Propósito Geral (Declaração do contador, demonstrações contábeis e notas explicativas) e cooperar na elaboração do Relatório de Gestão;
- Gerar informações gerenciais, em apoio ao processo de tomada de decisão.

Além disso, a CCONT/DCF exerce a competência de setorial de contabilidade da Universidade Federal Fluminense. O escopo deste Relatório leva em conta as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Financeiros e Balanço Orçamentário) consolidadas da Universidade Federal Fluminense.



1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Universidade Federal Fluminense foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

A construção das demonstrações contábeis partiu das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, e tiveram como escopo as informações contábeis consolidadas das unidades do órgão 26236 – Universidade Federal Fluminense, autarquia integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

1. Balanço Patrimonial (BP);
2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
3. Balanço Orçamentário (BO);
4. Balanço Financeiro (BF);
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
7. Notas Explicativas.

2. Demonstrações Contábeis (valores em unidades de Real - R\$)

Quadro 1 – Balanço patrimonial em R\$

| ATIVO | NE | 2022 | 2021 |
|---|------|----------------------|----------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | 205.547.053 | 177.047.691 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 4.1. | 184.020.905 | 156.511.403 |
| Créditos a Curto Prazo | 4.2. | 20.342.733 | 19.681.579 |
| Estoques | 4.3. | 1.183.415 | 854.710 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 2.169.748.058 | 1.733.618.203 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 4.4. | 2.399.781 | 3.794.731 |
| Investimentos | | - | - |
| Imobilizado | 4.5. | 2.159.630.849 | 1.722.189.454 |
| Intangível | 4.6. | 7.717.428 | 7.634.018 |
| TOTAL DO ATIVO | | 2.375.295.111 | 1.910.665.894 |
| PASSIVO | | 2022 | 2021 |
| PASSIVO CIRCULANTE | 4.7. | 401.477.095 | 481.428.833 |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | | 127.261.795 | 148.285.699 |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | | 10.993.430 | 13.523.208 |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | | 263.221.870 | 319.619.926 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | - | 285.800 |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo | | - | 285.800 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 4.8. | 1.973.818.016 | 1.428.951.261 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2.375.295.111 | 1.910.665.894 |

Quadro 2– Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes em R\$

| ATIVO | 2022 | 2021 | PASSIVO | 2022 | 2021 |
|------------------|---------------|---------------|--------------------|---------------|---------------|
| ATIVO FINANCEIRO | 184.020.905 | 156.511.403 | PASSIVO FINANCEIRO | 301.204.462 | 305.788.993 |
| ATIVO PERMANENTE | 2.191.274.206 | 1.754.154.491 | PASSIVO PERMANENTE | 249.478.753 | 322.090.833 |
| | | | SALDO PATRIMONIAL | 1.824.611.896 | 1.282.786.068 |

Quadro 3 – Quadro de compensações em R\$

| ATIVO | 2022 | 2021 |
|---|------------|------------|
| ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos | | |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 71.956.136 | 50.786.483 |
| Atos Potenciais Ativos | 71.956.136 | 50.786.483 |
| Garantias e Contragarantias Recebidas | 12.248.927 | 11.238.368 |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | 50.062.224 | 34.793.951 |
| Direitos Contratuais | 9.644.986 | 4.754.163 |
| Outros Atos Potenciais Ativos | - | - |
| | 71.956.136 | 50.786.483 |

| PASSIVO | 2022 | 2021 |
|---|-------------|-------------|
| ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos | | |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 554.821.736 | 481.521.632 |
| Atos Potenciais Passivos | 554.821.736 | 481.521.632 |
| Garantias e Contragarantias Concedidas | - | - |
| Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres | - | 9.375.323 |
| Obrigações Contratuais | 554.821.736 | 472.146.309 |
| Outros Atos Potenciais Passivos | - | - |
| | 554.821.736 | 481.521.632 |

Quadro 5.15 – Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial em R\$

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO |
|---|------------------------------|
| Recursos Ordinários | (105.968.951) |
| Recursos Vinculados | (11.214.606) |
| Educação | (6.331.044) |
| Seguridade Social (Exceto Previdência) | (812.770) |
| Previdência Social (RPPS) | (21.262) |
| Dívida Pública | (150.036) |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | (3.899.493) |
| | (117.183.557) |

Quadro 4 – Demonstração das variações patrimoniais em R\$

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 3.565.384.465 | 2.961.403.005 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | - | - |
| Contribuições | - | - |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 17.511.590 | 21.189.092 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 12 | 1.088 |
| Transferências e Delegações Recebidas | 2.899.767.315 | 2.702.293.792 |
| Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos | 646.646.349 | 235.189.911 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 1.459.199 | 2.729.121 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 3.028.442.555 | 2.853.191.131 |
| Pessoal e Encargos | 1.284.158.499 | 1.272.061.335 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 866.794.809 | 859.067.805 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 192.897.751 | 199.733.180 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 598.833 | 899.500 |
| Transferências e Delegações Concedidas | 454.633.836 | 387.851.615 |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 176.480.426 | 86.109.419 |
| Tributárias | 237.956 | 244.739 |
| Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 52.640.446 | 47.223.539 |
| | | |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | 536.941.910 | 108.211.873 |

Quadro 5 – Balanço orçamentário em R\$

| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
|------------------------------------|------------------|---------------------|---------------------|---------------|
| RECEITAS CORRENTES | 16.952.884 | 16.952.884 | 17.083.215 | 130.331 |
| Receitas Tributárias | - | - | - | - |
| Receitas de Contribuições | - | - | - | - |
| Receita Patrimonial | 2.494.517 | 2.494.517 | 2.290.395 | (204.122) |
| Receita Agropecuária | 75.130 | 75.130 | 10.000 | (65.130) |
| Receita Industrial | 14.248 | 14.248 | 33.006 | 18.758 |
| Receitas de Serviços | 14.249.006 | 14.249.006 | 14.729.878 | 480.872 |
| Transferências Correntes | - | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | 119.983 | 119.983 | 19.935 | (100.048) |
| RECEITAS DE CAPITAL | - | - | - | - |
| Operações de Crédito | - | - | - | - |
| Alienação de Bens | - | - | - | - |
| Amortização de Empréstimos | - | - | - | - |
| Transferências de Capital | - | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DE RECEITAS | 16.952.884 | 16.952.884 | 17.083.215 | 130.331 |
| DEFICIT | | | 2.402.909.338 | 2.402.909.338 |
| TOTAL | 16.952.884 | 16.952.884 | 2.419.992.552 | 2.403.039.668 |
| CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS | - | 8.513.101 | - | (8.513.101) |
| Superavit Financeiro | - | - | - | - |
| Excesso de Arrecadação | - | 8.932.958 | - | - |
| Créditos Cancelados | - | (419.857) | - | - |

Quadro 6– Balanço orçamentário em R\$

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
|----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 2.337.463.249 | 2.341.179.350 | 2.380.745.535 | 2.300.168.241 | 2.149.979.583 | (39.566.185) |
| Pessoal e Encargos Sociais | 2.081.776.343 | 2.111.207.777 | 2.081.334.179 | 2.080.894.761 | 1.948.363.914 | 29.873.598 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 255.686.906 | 229.971.573 | 299.411.356 | 219.273.480 | 201.615.669 | (69.439.783) |
| DESPESAS DE CAPITAL | 34.458.307 | 39.255.307 | 39.247.018 | 6.472.490 | 5.781.434 | 8.289 |
| Investimentos | 34.458.307 | 39.255.307 | 39.247.018 | 6.472.490 | 5.781.434 | 8.289 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 2.371.921.556 | 2.380.434.657 | 2.419.992.552 | 2.306.640.731 | 2.155.761.018 | (39.557.895) |

Quadro 7 – Anexo 1 - demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados em R\$

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---|--------------------|--------------------|------------------|-------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 13.296.147 | 62.941.742 | 63.643.611 | 63.440.782 | 2.242.698 | 10.554.410 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 76.054 | 266.545 | 255.050 | 255.050 | 74.855 | 12.694 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 13.220.092 | 62.675.198 | 63.388.561 | 63.185.732 | 2.167.842 | 10.541.716 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 29.269.668 | 40.657.636 | 44.105.145 | 43.724.815 | 319.441 | 25.883.048 |
| Investimentos | 29.269.668 | 40.657.636 | 44.105.145 | 43.724.815 | 319.441 | 25.883.048 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 42.565.814 | 103.599.379 | 107.748.756 | 107.165.597 | 2.562.139 | 36.437.458 |

Quadro 8 – Anexo 2 - Demonstrativo de execução restos a pagar processados e nao processados liquidados em R\$

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---|-------------------|----------------|---------------|
| DESPESAS CORRENTES | 382.894 | 158.102.264 | 57.831.397 | 271.591 | 382.170 |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | 140.054.910 | 39.783.898 | 271.012 | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 382.894 | 18.047.354 | 18.047.498 | 579 | 382.170 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 83.452 | 953.661 | 953.661 | - | 83.452 |
| Investimentos | 83.452 | 953.661 | 953.661 | - | 83.452 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 466.346 | 159.055.925 | 58.785.058 | 271.591 | 65.622 |

Quadro 9 – Balanço financeiro em R\$

| INGRESSOS | 2022 | 2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| Receitas Orçamentárias | 17.083.215 | 20.499.317 |
| Ordinárias | - | - |
| Vinculadas | 18.729.234 | 22.586.892 |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | -1.646.020 | -2.087.575 |
| Transferências Financeiras Recebidas | 2.866.612.896 | 2.699.985.771 |
| Resultantes da Execução Orçamentária | 2.668.425.755 | 2.517.781.985 |
| Repasso Recebido | 2.327.075.586 | 2.228.575.884 |
| Sub-repasso Recebido | 341.350.169 | 289.206.101 |
| Independentes da Execução Orçamentária | 198.187.141 | 182.203.785 |
| Recebimentos Extraorçamentários | 268.325.968 | 265.395.462 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados | 150.879.713 | 157.965.287 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | 113.351.822 | 103.599.379 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 1.140.151 | 1.090.935 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 2.954.283 | 2.739.862 |
| | | |
| Saldo do Exercício Anterior | 156.511.403 | 162.706.025 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 156.511.403 | 162.706.025 |
| Total | 3.308.533.482 | 3.148.586.576 |

| DISPÊNDIOS | 2022 | 2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| Despesas Orçamentárias | 2.419.992.552 | 2.358.091.160 |
| Ordinárias | 1.546.928.527 | 1.506.481.551 |
| Vinculadas | 873.064.025 | 851.609.609 |
| Transferências Financeiras Concedidas | 437.396.865 | 386.917.750 |
| Resultantes da Execução Orçamentária | 341.447.133 | 289.299.987 |
| Repasso Concedido | 96.964 | 93.139 |
| Sub-repasso Concedido | 341.350.169 | 289.206.101 |
| Repasso Devolvido | | 746 |
| Independentes da Execução Orçamentária | 95.949.732 | 97.617.763 |
| Pagamentos Extraorçamentários | 267.123.159 | 247.066.263 |
| Pagamento dos Restos a Pagar Processados | 158.785.058 | 138.820.954 |
| Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados | 107.165.597 | 107.151.355 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 1.172.504 | 1.086.985 |
| Outros Pagamentos Extraorçamentários | - | 6.969 |
| | | |
| Saldo para o Exercício Seguinte | 184.020.905 | 156.511.403 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 184.020.905 | 156.511.403 |
| Total | 3.308.533.482 | 3.148.586.576 |

Quadro 10 – Demonstração dos fluxos de caixa em R\$

| | 2022 | 2021 |
|--|------------------------|------------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 77.969.413 | 13.821.909 |
| INGRESSOS | 2.887.790.544 | 2.724.315.884 |
| Receita Tributária | - | - |
| Receita de Contribuições | - | - |
| Receita Patrimonial | 2.290.395 | 2.091.649 |
| Receita Agropecuária | 10.000 | - |
| Receita Industrial | 33.006 | 3.100 |
| Receita de Serviços | 14.729.878 | 18.330.309 |
| Remuneração das Disponibilidades | - | - |
| Outras Receitas Derivadas e Originárias | 19.935 | 74.259 |
| Transferências Recebidas | - | - |
| Outros Ingressos Operacionais | 2.870.707.330 | 2.703.816.567 |
| Ingressos Extraorçamentários | 1.140.151 | 1.090.935 |
| Restituições a Pagar | 672 | - |
| Transferências Financeiras Recebidas | 2.866.612.896 | 2.699.985.771 |
| Arrecadação de Outra Unidade | 2.953.611 | 2.739.862 |
| DESEMBOLSOS | (2.809.821.131) | (2.710.493.975) |
| Pessoal e Demais Despesas | (2.143.163.282) | (2.091.866.726) |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - |
| Transferências Concedidas | (228.088.479) | (230.615.545) |
| Outros Desembolsos Operacionais | (438.569.370) | (388.011.704) |

| | 2022 | 2021 |
|--|---------------------|---------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (50.459.911) | (20.016.532) |
| INGRESSOS | - | - |
| Alienação de Bens | - | - |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | - | - |
| Outros Ingressos de Investimentos | - | - |
| DESEMBOLSOS | (50.459.911) | (20.016.532) |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | (48.059.736) | (19.864.159) |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos | - | - |
| Outros Desembolsos de Investimentos | (2.400.175) | (152.374) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | - | - |
| INGRESSOS | - | - |
| Operações de Crédito | - | - |
| Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes | - | - |
| Transferências de Capital Recebidas | - | - |
| Outros Ingressos de Financiamento | - | - |
| DESEMBOLSOS | - | - |
| Amortização / Refinanciamento da Dívida | - | - |
| Outros Desembolsos de Financiamento | - | - |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 27.509.502 | (6.194.623) |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | 156.511.403 | 162.706.025 |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL | 184.020.905 | 156.511.403 |

Quadro 11 – Demonstração das mutações patrimoniais em R\$

| Especificação | Patrimônio/ Capital Social | Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | Reserva de Capital | Reservas de Lucros | Demais Reservas | Resultados Acumulados | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Ações/ Cotas em Tesouraria | Total |
|---|-------------------------------|---|-----------------------|-----------------------|--------------------|--------------------------|--|----------------------------------|---------------|
| Saldo Inicial do Exercício 2022 | - | - | - | - | - | 1.428.951.261 | - | - | 1.428.951.261 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | 7.539.240 | - | - | 7.539.240 |
| Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos | - | - | - | - | - | (91.892) | - | - | -91.892 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | 536.941.910 | - | - | 536.941.910 |
| Constituição/Reversão de Reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final do Exercício 2022 | - | - | - | - | - | 1.973.340.520 | - | - | 1.973.340.520 |

3. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Com base nas premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público e nas normas brasileiras de contabilidade, foram adotados os seguintes critérios e políticas contábeis:

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem a conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

3.2. Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

3.3. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber de curto prazo referentes, principalmente, a créditos não tributários e dívida ativa. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

3.4. Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo relativos à dívida ativa e outros créditos com expectativa de recebimento superior a 12 meses. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e,

quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

3.5. Ajuste para perdas com créditos inscritos em dívida ativa

A UFF classifica os créditos inscritos em dívida ativa da seguinte forma: I) Devedor; II) Parcelamento; III) Exigibilidade Suspensa (Processo Judicial). Os créditos classificados como I e II estão registrados em contas de ativo, enquanto os créditos com exigibilidade suspensa estão evidenciados em contas de controle.

Utiliza-se para o cálculo do ajuste para perdas a classificação dos créditos por níveis de riscos decorrentes da expectativa de recuperação, com base na Portaria 293/2017 do Ministério da Fazenda. Os créditos classificados como A ou B apresentam alta ou média perspectiva de recuperação e prazo inferior a 10 anos. O ajuste para perdas é calculado mediante a aplicação do percentual de 30% e 50% para créditos classificados nos níveis (Rating) A e B, respectivamente.

3.6. Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

As informações da depreciação dos bens móveis da Universidade Federal Fluminense são apuradas pelo sistema desenvolvido internamente - SISAP (Sistema de Administração Patrimonial). O cálculo da depreciação contempla apenas os bens inventariados e cadastrados no SISAP. O sistema conta com uma base inventariada de 70% do total de bens móveis da universidade, sobre a qual tem sido registrada mensalmente a depreciação. Utiliza-se o método das cotas constantes, com base em tabela contida no manual SIAFI, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão, definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF.

3.7. Reavaliação, atualização, depreciação de bens imóveis

Os procedimentos para registro da atualização, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN, na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 e no Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União.

3.7.1. Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área cons-

truída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

3.7.2. Atualização

De acordo com a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação. Essas atualizações serão processadas mediante aplicação de variação percentual da PVG – Planta de Valores Genérica – vinculada ao respectivo imóvel, ao valor do terreno e do CUB – Custo Unitário Básico – ao valor contábil líquido da acessão. Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

3.7.3. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

3.8. Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apre-

sentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

3.9. Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. Na UFF, compreendem os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

3.10. Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos, ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

3.11. Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3.12. Resultado Financeiro

O resultado financeiro consiste no confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da Universidade Federal Fluminense.

4. Notas Explicativas

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa está composta por recursos aplicados na Conta Única, cauções recebidas em demais contas e recursos disponíveis destinados ao cumprimento de obrigações assumidas em função da execução do orçamento da universidade, além de transferências financeiras recebidas para desenvolvimento de estudos e projetos decorrentes de acordos e convênios firmados com outros Órgãos.

No exercício de 2022, baixou-se o valor de R\$33,353 mil de Caixa e Equivalentes de Caixa, conta corrente Caixa Econômica Federal, depósitos em caução resgatados após proceder a conciliação bancária.

4.2. Créditos a Receber

Os créditos a receber registrados no Ativo Circulante da Universidade Federal Fluminense são compostos principalmente por restituições de pagamentos indevidos; reembolso da remuneração de pessoal cedido para atuação em outros órgãos; dívida ativa de curto prazo, cuja expectativa de recebimento não supera o fim do exercício subsequente; cessão de áreas públicas, através de permissão de uso de espaço da universidade, parcelamento de dívidas e adiantamentos e apropriações por competência.

Tabela 1 – em R\$

| Créditos a Receber - Curto Prazo | DEZ/2022 | DEZ/2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Dívida ativa não tributária - consolidação | 9.263 | 6.015 |
| Salários e ordenados - pagamento antecipado | 0 | 447.068 |
| Por Cessão de Pessoal | 278.642 | 463.748 |
| Por cessão de áreas públicas | 263.105 | 233.915 |
| Acerto financeiro com servidor/ex servidor | 1.190.446 | 701.968 |
| Decorrentes de restituição via folha pagamento | 19.844.327 | 18.596.804 |
| Créditos parcelados | 42.903 | 62.887 |
| | 21.628.686 | 20.512.406 |
| Ajuste para Perdas | (1.285.953) | (830.827) |
| | 20.342.733 | 19.681.579 |

4.2.1. Décimo Terceiro Salário, Férias e Demais Adiantamentos

Os desembolsos do 13º salário e Férias pagos aos servidores da Universidade Federal Fluminense ocorrem, principalmente, nos meses de janeiro e julho. Acontece, contudo, que o referido pagamento não compete necessariamente ao mês no qual houve a saída financeira de recurso. Desse modo, em razão do regime contábil de competência, registra-se o desembolso no ativo como uma antecipação e a sua apropriação no resultado vai ocorrendo mensalmente até o total reconhecimento contábil da despesa. No mês de dezembro todo saldo referente a 13º salário, férias e adiantamento de suprimento de fundos, em razão de sua competência, transitam integralmente pelo resultado do exercício.

4.2.2. Créditos a Receber por Cessão de Pessoal

Os créditos a receber por Cessão de Pessoal decorrem do direito de restituição do pagamento de despesas de pessoal com servidores que se encontram em exercício em outros órgãos. O saldo dos créditos a receber por cessão de pessoal diminuiu 40% em relação a dezembro de 2021. Tal fato se deve ao encaminhamento dos créditos, cujas tratativas de recebimento esgotaram-se administrativamente, à Procuradoria Federal para ajuizamento de ação de execução fiscal. Os créditos encaminhados, no valor originário de R\$214,7 mil, foram desincorporados do ativo circulante e inscritos como dívida ativa não tributária de longo prazo no grupo Realizável a Longo Prazo.

4.2.3. Créditos a Receber decorrentes de acerto em folha de pagamento

Este item representa os débitos apurados pela administração pública decorrentes por exemplo de acúmulo indevido de cargo por servidor ou outro procedimento que resulte em exigência de restituição ao erário através de desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei 8.112/90. Considerando que o débito do servidor é descontado mensalmente de sua remuneração, este crédito a receber apresenta alta expectativa de recuperabilidade. Por essa razão, não se espera ocorrência eventual de perda por insolvência.

4.2.4. Créditos Parcelados

A variação negativa de 30% observada nos créditos parcelados ocorreu em razão do ajuizamento de ação de cobrança judicial e consequente inscrição em dívida ativa de créditos decorrentes de acordo de parcelamento não cumprido e esgotadas as vias administrativas.

4.2.5. Dívida Ativa Não Tributária de Curto Prazo

Os créditos inscritos em dívida ativa não tributária com expectativa de recebimento até o fim do exercício subsequente são registrados no ativo circulante. Essa expectativa se fundamenta em acordos de parcelamentos firmados pelo devedor com a Procuradoria da Fazenda Nacional. As parcelas com vencimento até 31 de dezembro de 2023 foram classificadas como de curto prazo e as restantes contabilizadas como realizáveis a longo prazo.

4.2.6. Ajuste para Perdas com Créditos de Curto Prazo

O registro do ajuste para perdas com créditos a receber de curto prazo tem como objetivo ajustar o valor do crédito levando em conta possíveis perdas por insolvência. Ou seja, dos valores a receber presume-se, observado o movimento histórico da conta, que haverá um percentual de créditos que não serão recebidos.

Tabela 2 – em R\$

| Ajuste para perdas - Créditos a Receber de Curto Prazo | Valor Contábil Bruto | Ajuste para Perdas | Valor Contábil Líquido |
|--|----------------------|--------------------|------------------------|
| Cessão de Pessoal | 278.642 | (64.774) | 213.868 |
| Acerto Financeiro com Servidor/ex servidor | 1.190.446 | (1.190.446) | - |
| Cessão de Áreas Públicas | 263.105 | (30.732) | 232.373 |

O cálculo das perdas estimadas referentes à cessão de pessoal foi fundamentado no histórico de recebimento dos últimos três exercícios (2020, 2021 e 2022). No período usado como base para o cálculo, constatou-se uma taxa média de 23,25% de não recebimento de créditos. Sendo assim, existe a expectativa de uma perda futura de R\$64.774,72, tendo como referência o saldo da conta de crédito a receber por cessão de pessoal em 31 de dezembro de 2022.

Em relação aos créditos referentes a acertos financeiros, considerando seu histórico de baixíssima recuperabilidade e tendo em vista que estes referem-se principalmente a pagamento pós-óbito, foi adotada uma taxa de perda estimada de 100% sobre o saldo da conta.

No exercício de 2022, a Universidade Federal Fluminense passou a reconhecer a expectativa de perda também sobre os seus créditos a receber por cessão de áreas públicas. O cálculo do ajuste para perdas estimadas teve como base a movimentação dentro do próprio exercício, tendo em vista que os registros contábeis referentes ao item em exercícios anteriores foram insuficientes e poderiam corromper a base de cálculo. O percentual de perda estimada definido através da taxa de recebimento destes créditos, tendo como parâmetro o exercício de 2022, foi de 11,72%. A aplicação do percentual sobre o saldo da conta resultou no valor de R\$30.732,41 como expectativa de perda futura.

4.3. Estoque

Estoques compreendem ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem utilizados no processo de produção ou na prestação de serviços e mantidos para venda, distribuição ou uso no curso normal das operações. Os estoques são mensurados com base no valor de aquisição, produção, construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

O estoque da Universidade Federal Fluminense é composto por mercadorias para venda e revenda, representado por livros adquiridos e produzidos pela Editora Universitária da UFF (EDUFF) e comercializados em conformidade com o objetivo da editora: divulgar e distribuir o conhecimento produzido na comunidade acadêmica. No exercício de 2022, a Editora produziu R\$ 478.720,00, os quais representaram entradas no estoque no decorrer do exercício. As baixas de estoque foram de R\$ 150.014,94. Devido a estas movimentações, o estoque de livros para venda e revenda apresentou uma elevação de R\$854.709,57 para R\$1.183.414,63.

4.4. Ativo Realizável a Longo Prazo

A totalidade dos créditos registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo é composta pela dívida ativa não tributária. Estes créditos encontram-se em trânsito judicial e são ajustados contabilmente quando da emissão de decisão judicial que impacte a expectativa de recuperação do crédito.

Os créditos são ajustados com base em possível perda (Ajuste para Perdas Estimadas), utilizando o método de classificação de Riscos (Rating), orientado pela Portaria do Ministério da Fazenda 293 de 2017. Segundo a portaria os créditos devem ser classificados em diferentes níveis de risco, A até D, em razão da expectativa de recuperação.

Os créditos classificados como A e B, os mais prováveis, devem ter sob o seu saldo o reconhecimento de um ajuste para perdas de 30% e 50%, respectivamente. Já os créditos classificados como C e D não devem estar contidos no ativo do órgão, pois não atendem aos requisitos para reconhecimento em função da baixa expectativa de fluidez de benefícios futuros. Desta

forma, estes créditos são classificados como Ativos Contingentes e registrados em contas de controle.

Os créditos parcelados não foram objeto do ajuste para perdas, tendo em vista o acordo de pagamento firmado entre as partes. Na hipótese de descumprimento do parcelamento, o saldo passa a dispor de condições para sofrer ajuste para perdas.

Considerando a necessidade de atendimento à macrofunção 021112 - Dívida Ativa da União, bem como às normas de contabilidade aplicadas ao setor público, foi realizada uma avaliação da situação dos créditos inscritos em dívida ativa registrados no SIAFI, para adequá-los às exigências legais referentes à transparência, eficiência e controle dos recursos públicos.

4.5. Imobilizado

O grupo imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. São reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31 de dezembro de 2022, a Universidade Federal Fluminense apresentou a seguinte composição de imobilizado:

Tabela 3 – em R\$

| IMOBILIZADO | dez-22 | dez-21 |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Bens Móveis | 382.657 | 356.289 |
| (-) Depreciação Acumulada | (35.149) | (27.799) |
| | 347.508 | 328.490 |
| Bens imóveis | 1.183.629 | 1.393.663 |
| (-) Depreciação Acumulada | (1.506) | (5.963) |
| | 1.182.123 | 1.387.700 |
| Total | 1.529.631 | 1.716.190 |

4.5.1. Bens Móveis

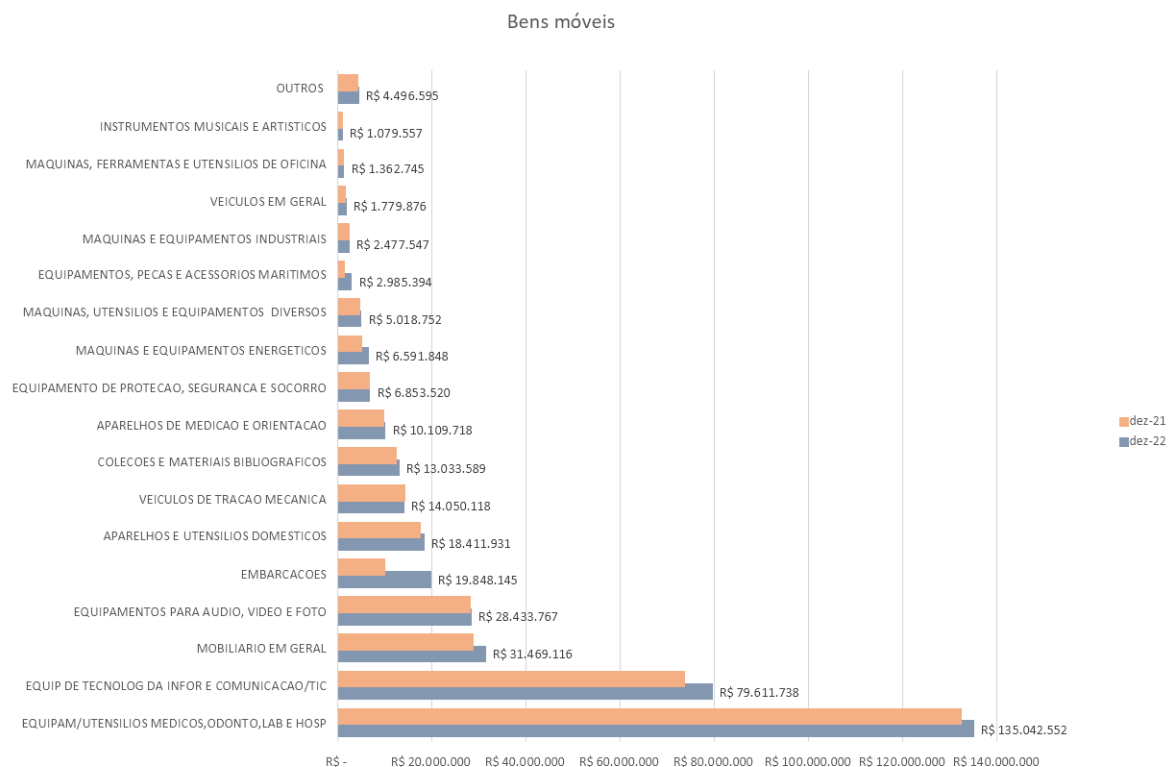
No exercício de 2022, houve aumento patrimonial de bens móveis de aproximadamente R\$ 26 milhões, traduzidos pelos seguintes fatos relevantes:

Incorporação de Navio Escola Ciências do Mar III, no valor de R\$9.872.178,01, recebido em doação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, contabilmente classificado como Embarcações. Também foram doados pela mesma entidade equipamentos, peças e acessórios marítimos no valor de R\$1.577.497,42;

Incorporação de unidade laboratorial de pirolise lenta recebida em comodato da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ no valor de R\$817,5 mil, que impactou materialmente a conta Máquinas e Equipamentos Energéticos. Outro fato que contribuiu para a variação na conta foi a aquisição de 465 Nobreaks, valor total de R\$258,8 mil, para atender às necessidades das unidades administrativas e acadêmicas no retorno às atividades presenciais;

Compra de aproximadamente R\$ 5 milhões referentes a equipamentos de tecnologia da informação.

Tabela 4 - Gráfico



Registrou-se no exercício baixas por inservibilidade de bens no valor total de R\$1,061 milhão, lançadas resultado do exercício como variação patrimonial diminutiva. As circunstâncias referentes às condições físicas dos ativos baixados foram apuradas através de comissão de alienação de bens, que constatou precariedade e irreuperabilidade de uso.

5.5.1.2. Depreciação de bens móveis

A base de cálculo para reconhecimento da depreciação dos bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

A taxa e valor residual praticados pela Universidade Federal Fluminense para o cálculo da depreciação de seu grupo de contas do ativo imobilizado referente a bens móveis baseia-se no item 6.2 da Macrofunção 020300 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND:

“6.2 - O administrador deverá seguir a tabela de vida útil e valor residual, estabelecida para cada conta contábil. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabilizará a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação.”

A taxa de depreciação e valor residual usados para o cálculo da depreciação na Universidade Federal Fluminense seguem o disposto no Manual do SIAFI, Macrofunção 020300, item 6.3. - Tabela de vida útil e valor residual, disponível no link <https://manuais.tesouro.gov.br/siafi/020330>.

5.5.1.3 – Inventário anual de Bens Móveis

A Universidade Federal Fluminense, através da Coordenação de Administração Patrimonial – CAP/SAEP, realiza o inventário anual através da ferramenta de inventário online, desenvolvida internamente, por meio da qual são definidos agentes patrimoniais em cada unidade, nomeados formalmente e treinados, para levantar as informações referentes aos seus bens e inseri-las virtualmente no SISAP – Sistema de Administração Patrimonial.

O inventário de 2022 da UFF atingiu o percentual de classificação de 70,67%, cerca de 192,8 mil bens, do total de bens da Instituição (272,8 mil unidades), patamar similar ao inventário anterior, realizado em 2019, cuja classificação atingiu 70% dos bens. Nos exercícios de 2020 e 2021 não houve procedimento de inventário anual devido às restrições impostas pela crise sanitária da Pandemia da Covid 19.

A abertura do procedimento de 2022 iniciou em primeiro de junho de 2022 e teve seu fim em 31/12/2022, e contou com a participação de 362 servidores classificados como agentes patrimoniais, além dos servidores envolvidos no gerenciamento do inventário.

Dentre as dificuldades encontradas para realização do procedimento destaca-se o retorno de Pós-Pandemia, em que algumas unidades tiveram dificuldades na realização dos trabalhos, em virtude principalmente da não utilização do sistema de inventário pelos usuários durante este longo período.

Até o exercício objeto deste relatório, o gerenciamento de bens patrimoniais na UFF foi realizado através do SISAP, que cumpriu o seu papel com satisfatório desempenho, principalmente, diante de um contexto na administração pública composto pelo grande desafio de inventariar e registrar a depreciação de bens móveis. Nos exercícios futuros, contudo, a UFF fará o uso do Sistema integrado de Gestão Patrimonial – SIADS, não sendo possível determinar a data exata do início de atividade porém já em fase de implantação junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

“O Siads é uma solução que possibilita aos órgãos da Administração Pública Federal um controle completo e efetivo de seus estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte.

O sistema permite o controle permanente de depreciação dos bens, viabiliza a realização de inventário eletrônico em plataforma mobile e amplia a automação do registro contábil, ao possibilitar que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), em tempo real por meio do Siads¹”

O uso do SIADS pelos órgãos públicos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo federal, foi determinado pela Portaria do Ministério da Economia N° 232/2020 e alterada pela 4.378/22, com alteração do prazo máximo de implantação para 1° de julho de 2023.

“Art. 1º A Portaria nº 232, de 2 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º-A Fica definido, em caráter excepcional, após avaliação da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, o prazo máximo de 1° de julho de 2023, para que os órgãos e as entidades que ainda não implementaram o Siads adotem as providências necessárias a sua implantação.” (NR)”²

Espera-se com a adesão ao SIADS conciliar totalmente a relação físico-contábil dos bens móveis da Instituição, uma vez que a ferramenta é integrada ao sistema de contabilidade do Governo Federal, o SIAFI.

4.5.2. Bens Imóveis

Em 31/12/2022, a Universidade Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$1,812 bilhão referente a Bens imóveis, composto da seguinte forma:

Tabela 5 – em R\$

| Bens imóveis | dez-22 | dez-21 |
|-----------------------------|----------------------|----------------------|
| Terrenos/Glebas | 10.396.770 | 9.996.044 |
| Imóveis de Uso Educacional | 1.458.826.914 | 1.065.925.900 |
| Hospitais | 111.085.994 | 111.247.679 |
| Obras em Andamento | 232.731.929 | 211.959.617 |
| Estudos e Projetos | 373.758 | 373.758 |
| Instalações | 213.934 | 159.848 |
| | 1.813.629.299 | 1.399.662.846 |
| (-) Depreciação Acumulada | (1.056.085) | (5.962.859) |
| | 1.812.573.214 | 1.393.699.987 |

¹ <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/gestao-patrimonial/siads>

² Portaria ME N° 4.378, de 11 de maio de 2022

Observa-se no quadro uma redução significativa na depreciação acumulada referente aos bens imóveis. Isto porque foram realizadas contabilizações pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, sob o título de ajuste de depreciação acumulada dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET visando à conciliação entre SPU e SIAFI. O referido procedimento resultou em uma redução de R\$5,046 milhões e teve como contrapartida a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

No exercício de 2022, os imóveis da Universidade foram reavaliados em sua totalidade por meio do método do valor justo de mercado em nível rigoroso, nos termos da Instrução Normativa Conjunta SPU/STN 703/2014. Este procedimento foi responsável pela variação positiva de 36,86% em comparação com o exercício anterior do saldo dos imóveis de uso educação. Registrou-se no período R\$ 443,2 milhões como variação patrimonial aumentativa decorrente de valorização de ativos e R\$ 71,5 milhões como desvalorização de ativos.

No decorrer do exercício, a conta de Obras em Andamento, onde são registrados os custos das construções e bem feitorias em execução na universidade, sofreu as seguintes baixas:

Tabela 6 – em R\$

| DESINCORPORAÇÕES DE OBRAS EM ANDAMENTO | R\$ |
|---|-------------------|
| BAIXA POR CONCLUSÃO DA OBRA DE REFORMULACAO DA REDE ELETRICA DO POLO UNIVERSITARIO DE NOVA FRIBURGO - SUBESTACAO ENERGIA ELETRICA, CONTRATO: 34/2013, PROCESSO: 23069.005610/2011-71. | 224.432 |
| BAIXA DE OBRA DE REFORMA DO CENTRO DE ENFERMAGEM NA SAÚDE DO IDOSO E SEUS CUIDADORES, EASIC. PROCESSO : 23069.001737/11-11 | 139.493 |
| BAIXA DO SALDO REMANESCENTE DE R\$91.891,64, REFERENTE A CONSTRUCAO DE PREDIO DO DEPARTAMENTO DE GRADUACAO DE MATEMATICA DO POLO AVANÇADO DE SANTO ANTONIO DE PADUA, CONTRATO 10/2008, TENDO EM VISTA QUE A OBRA JA FOI CONCLUIDA E O IMOVEL CONSTRUÍDO, RIP 5893000195004, JA TEVE SEU VALOR ATUALIZADO. | 91.892 |
| BAIXA POR CONCLUSÃO DA OBRA DE CONSTRUCAO DE PREDIO COM 01 PAVIMENTO PARA SALAS DE AULA NA FACULDADE DE ARQUITETURA, CAMPUS PRAIA VERMELHA, CONTRATO 54/10. PROC 2745/10-02. | 151.953 |
| BAIXA POR CONCLUSÃO DA OBRA DE AMPLIACAO E REFORMA DO INSTITUTO DE FISICA, CONTRATO 62/2010. | 14.885.417 |
| BAIXA DE SALDO REMANESCENTE DA CONTA DE OBRAS EM ANDAMENTO, CONTRATO 63/10 , CONSTRUCAO DE UM PREDIO DE 05 PAVIMENTOS NO ICHF. | 42.029 |
| BAIXA POR CONCLUSÃO DA OBRA DE DA AMPLIACAO E ADEQUACAO DO SETOR DE ROUPARIA HOSPITALAR, OFICINAS DE MANUTENCAO PREDIAL E SETORES ADMINISTRATIVOS DO HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO PEDRO, CONTRATO Nº 32/2018, PROCESSO SEI Nº 23069.077980/2018-87. | 1.359.462 |
| TOTAL | 16.894.678 |

4.5.2.1. Depreciação dos Bens imóveis

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUNET.

O SPIUNET é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- a. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- b. Reavaliados, aqueles nos quais:
 - » Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
 - » Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
 - » Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNET sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso. O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

4.6. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos.

Ativos intangíveis obtidos a título gratuito foram avaliados ao valor de mercado, tendo em vista refletir melhor e de forma mais segura o valor do ativo. Em 31/12/2022 a Universidade Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 7,717 milhões relacionados ao intangível, classificado em sua totalidade como de vida útil indefinida.

A UFF encontra-se em fase de reorganização das rotinas referentes à aquisição e desenvolvimento de ativos intangíveis, objetivando a criação de um controle patrimonial mais eficiente e capaz de produzir informações que reproduzam com fidedignidade a realidade patrimonial do órgão. Embora em fase de aperfeiçoamento, o controle patrimonial desta Universidade é ainda insuficiente para gerar informações seguras e confiáveis para a determinação da vida útil dos ativos intangíveis, e posterior contabilização da amortização. Sendo assim, os ativos intangíveis são classificados como de vida útil indefinida, até determinação confiável de seu tempo de utilidade.

No exercício de 2021, foi criada uma comissão de Bens Intangíveis, através da Portaria 68.272/2021, com o objetivo de estruturar as normas e procedimentos relativos à mensuração e classificação da vida útil dos ativos intangíveis e mapeamento do processo de registros de marcas e patentes junto ao INPI.

4.7. Passivo Circulante

As obrigações de curto prazo vigentes em 31 de dezembro de 2022 estão dispostas no passivo circulante com a seguinte distribuição, em R\$:

Tabela 7 – em R\$

| PASSIVO CIRCULANTE | dez-22 | dez-21 |
|--|------------------------|------------------------|
| Salários, Remunerações e Benefícios | R\$ 125.693.947 | R\$ 133.729.194 |
| Benefícios previdenciários e assistenciais a Pagar | R\$ 821.794 | R\$ 689.559 |
| Contribuições previdenciárias e assistência médica | R\$ 1.931.320 | R\$ 299.604 |
| Fornecedores e Contas a Pagar | R\$ 11.048.797 | R\$ 13.575.194 |
| Precatórios a pagar | R\$ 0 | R\$ 28.821.435 |
| Retenções Diversas | R\$ 10.977.065 | R\$ 8.404.581 |
| Tributos | R\$ 109.447 | R\$ 75.444 |
| Depósitos e Cauções recebidos | R\$ 69.175 | R\$ 101.528 |
| Incentivos a educação, cultura e outros | R\$ 1.346.798 | R\$ 1.039.094 |
| Transferências Financeiras a Comprovar - TED | R\$ 249.478.753 | R\$ 292.983.598 |
| Total | R\$ 401.477.095 | R\$ 479.719.232 |

Dentre as obrigações constam passivos referentes a folha de pagamento (salários, benefícios, contribuições e retenções), obrigações tributárias, pagamento de fornecedores, incentivos, precatórios e transferências financeiras a comprovar.

Transferências financeiras a comprovar consistem num passivo oriundo do recebimento de recursos financeiros através de transferências por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED para desenvolvimento de atividades em cooperação com outros órgãos. O reconhecimento no passivo se deve ao fato de que a entidade recebedora da transferência tem uma obrigação perante à transferidora que só findará quando da entrega do objeto do termo e sua respectiva aprovação de contas. Somente após aprovada a prestação de contas será desincorporado o passivo correspondente à transferência recebida.

Tabela 8 – em R\$

| Movimentação - Transferências Financeiras a Comprovar | R\$ |
|---|---------------|
| Saldo da Conta de Transferências Financeiras a Comprovar no início de 2022 | 292.983.598 |
| Desincorporação em razão de aprovação de Prestação de Contas no exercício de 2022 | (121.103.152) |
| Incorporação de novas Transferências financeiras no exercício de 2022 | 77.598.308 |
| Saldo da conta de Transferências Financeiras a Comprovar em dez2022 | 249.478.753 |

No exercício de 2022, a UFF fez um total de liquidações no valor de R\$219,2 milhões referentes a despesas correntes distribuídas pelas seguintes naturezas de despesa:

Ao detalhar as naturezas de despesa liquidadas mais relevantes dentre todas as liquidações realizadas no exercício, apresenta-se o seguinte quadro, em R\$:

Tabela 9 - LIQUIDADO POR NATUREZA DE DESPESA

| Natureza Despesa | Saldo - R\$) |
|---|--------------------|
| OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 63.542.907 |
| AUXILIO-ALIMENTACAO | 36.161.918 |
| LOCACAO DE MAO-DE-OBRA | 34.368.321 |
| AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES | 20.332.820 |
| OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA | 16.317.188 |
| INDENIZACOES E RESTITUICOES | 9.955.727 |
| AUXILIO-TRANSPORTE | 9.858.200 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 9.151.983 |
| SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ | 5.454.991 |
| OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR | 3.955.238 |
| OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS | 3.435.897 |
| OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | 1.969.028 |
| AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES | 1.746.740 |
| DIARIAS - PESSOAL CIVIL | 718.564 |
| CONTRATAcao POR TEMPO DETERMINADO | 678.896 |
| DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 604.228 |
| PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | 448.755 |
| PENSOES ESPECIAIS | 185.373 |
| CONTRIBUICOES | 91.219 |
| DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 81.491 |
| OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA) | 79.586 |
| MATERIAL, BEM OU SERVICIO P/ DISTRIB. GRATUITA | 66.725 |
| CONTRIBUICOES | 44.152 |
| SENTENCAS JUDICIAIS | 19.482 |
| OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS | 4.051 |
| | 219.273.480 |

Tabela 10 – em R\$

| OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | DEZ/2022 | DEZ/2021 |
|--|------------|------------|
| SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL | 23.899.869 | 41.879.744 |
| SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA | 15.405.466 | 9.975.034 |
| SERVICOS DE AGUA E ESGOTO | 8.190.372 | 3.552.136 |
| MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS | 8.053.853 | 3.759.584 |
| LOCACAO BENS MOV. OUT.NATUREZAS E INTANGIVEIS | 1.634.281 | 1.862.463 |
| MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS | 1.105.890 | 446.960 |
| TAXA DE ADMINISTRACAO | 1.070.352 | 1.342 |
| MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | 943.600 | 2.734.250 |
| SERV.MEDICO-HOSPITAL.,ODONTOL.E LABORATORIAIS | 943.544 | 596.973 |
| LOCACAO DE IMOVEIS | 453.482 | 375.005 |
| DEMAIS NATUREZAS DE DESPESA | 1.842.198 | 1.832.870 |
| | 63.542.907 | 414.658 |

Tabela 11 – em R\$

| LOCACAO DE MAO-DE-OBRA | DEZ/2022 | DEZ/2021 |
|---|------------|------------|
| APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL | 16.036.119 | 10.134.386 |
| LIMPEZA E CONSERVACAO | 8.929.552 | 5.991.956 |
| VIGILANCIA OSTENSIVA | 5.376.544 | 3.426.827 |
| MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS | 2.318.841 | 2.000.198 |
| SERVICOS DE COPA E COZINHA | 1.707.265 | 235.198 |
| | 34.368.321 | 21.788.565 |

Tabela 12 – em R\$

| MATERIAL DE CONSUMO | DEZ/2022 | DEZ/2021 |
|---|-----------|-----------|
| GENEROS DE ALIMENTACAO | 5.566.550 | 94.732 |
| MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO | 567.845 | 298.791 |
| MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS | 489.816 | 47.194 |
| MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO | 308.860 | 333.329 |
| MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES | 307.776 | 255.148 |
| MATERIAL LABORATORIAL | 256.513 | 71.217 |
| ALIMENTOS PARA ANIMAIS | 226.649 | 59.315 |
| MATERIAL QUIMICO | 195.376 | 96.220 |
| MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO | 179.276 | 42.767 |
| MATERIAL BIOLOGICO | 136.693 | 26.681 |
| MATERIAL ODONTOLOGICO | 126.430 | 53.381 |
| MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA | 113.389 | 146.960 |
| MATERIAL DE EXPEDIENTE | 112.892 | 65.807 |
| DEMAIS | 563.917 | 316.319 |
| | 9.151.983 | 1.907.860 |

4.8. Ajuste de Exercícios Anteriores

O saldo da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores no encerramento do exercício de 2022 foi composto pelos seguintes ajustes contábeis, em R\$:

Tabela 13

| Ajuste de Exercícios Anteriores | |
|--|-----------|
| Ajuste de saldo de precatórios alimentares realizados por Tribunais Federais | 2.763.867 |
| Conciliação na Depreciação Acumulada de bens imóveis realizada pela STN | 5.046.385 |
| Ajuste contábil de depreciação após conciliação entre SIAFI e SISAP | 477.497 |
| Baixa de saldo remanescente de obra em andamento | (91.892) |
| Regularização contábil por desincorporação de passivo referente a exercício anterior | (271.012) |
| | 7.924.845 |

Contabilizou-se em ajuste de exercícios anteriores a baixa do saldo remanescente de R\$91.891,64, registrado na conta Obras em Andamento, referente à construção de prédio do Departamento de graduação de Matemática do Polo Avançado de Santo Antônio de Pádua, contrato 10/2008. A obra já foi concluída e o imóvel construído já teve seu valor reavaliado e incluído no patrimônio da Universidade sob o RIP 5893000195004.

Também transitou pela conta de ajuste de exercícios anteriores ajustes de saldo de precatórios alimentares, realizados pelo Tribunal Regional Federal – TRF da Segunda Região, no montante de R\$ 2,763 milhões.

Além destes, houve ainda contabilizações realizadas pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Federal, ao título de ajuste de depreciação acumulada dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET visando à conciliação entre SPU e SIAFI. O referido procedimento resultou em uma redução da conta de depreciação acumulada referente a bens imóveis no valor R\$5,046 milhões e contrapartida na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Houve ainda ajustes realizados pela contabilidade da Universidade Federal Fluminense para conciliação entre o SISAP e o saldo de depreciação acumulada de bens móveis no SIAFI no valor de R\$477,4 mil reais e também para desincorporação de passivo, no valor de R\$271 mil, cujo desembolso não mais ocorreria.

4.9. Destaque recebido (Balanço Orçamentário)

A Universidade Federal Fluminense recebeu no exercício de 2022 o total de R\$74,552 milhões referentes a descentralização externa de crédito orçamentário, emitidas pelas seguintes unidades gestoras:

Tabela 14 – em R\$

| UNIDADE GESTORA | | VALOR R\$ |
|-----------------|---|------------|
| 110537 | AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA | 1.584 |
| 114702 | FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA | 25.519 |
| 130148 | SECRETARIA DE AGRICULT.FAMILIAR E COOPERATIV. | 1.041.259 |
| 152734 | COORD-GERAL DE SUP. A GESTAO ORCAMENT/SPO/MEC | 19.657.005 |
| 153046 | UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO | 12.907 |
| 153057 | HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO PEDRO | 0 |
| 153063 | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA | 1.006 |
| 153080 | UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO | 4.767 |
| 153114 | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | 5.785 |
| 153115 | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO | 701 |
| 153163 | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA | 4.441 |
| 153167 | COLEGIO PEDRO II | 3.440 |
| 153173 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO | 1.889.920 |
| 153248 | PRO-REIT.DE PESQ.E POS-GRAD. E INOVACAO | 0 |
| 154003 | FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR | 2.369.825 |
| 154034 | UNIPIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RJ | 4.915 |
| 154047 | FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS | 1.278 |
| 154055 | FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA | 112.367 |
| 158123 | INSTITUTO FED CIENCIA TECNOL SUDESTE MG | 259.800 |
| 158148 | INST. FED. DE EDUC.,CIENC. E TEC. DE RONDONIA | 217.522 |
| 158658 | UNIV. FEDERAL DA INTEGRACAO-LATINO-AMERICANA | 5.100 |
| 160087 | ESTADO-MAIOR DO EXERCITO SETORIAL ORCAMENTARI | 246.500 |
| 180073 | SEC. NAC. ESP., EDUCACAO, LAZER E INC. SOCIAL | 8.988.815 |
| 200247 | ARQUIVO NACIONAL - RJ | 6.584 |
| 240011 | DEPARTAMENTO CULTURAL | 104.400 |
| 257001 | DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE | 5.547.449 |
| 344001 | FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA | 3.285 |
| 373001 | COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS-DOF | 22.350.276 |
| 420013 | SECRET.DE INOVACAO,DESENV.SUSTENTAVEL E IRRIG | 8.000.000 |
| 540012 | SNDTUR - CONVENIOS | 2.203.720 |
| 550029 | SECRETARIA NACIONAL DE PARADESPORTO | 224.115 |
| 560015 | FUNDO NACIONAL DE HABIT. DE INTERESSE SOCIAL | 936.991 |
| 672001 | DIRETORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA DA MARINHA | 105.600 |
| 772001 | DIRETORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA DA MARINHA | 216.081 |
| | | 74.552.955 |

4.10. Receitas orçamentárias (Balanço Orçamentário)

Para o ano de 2022 a previsão orçamentária de arrecadação de receita própria da Universidade Federal Fluminense foi de R\$16,952 milhões¹. O resultado realizado, no entanto, superou a receita estimada em R\$130,3 mil, atingindo uma arrecadação total de R\$17,083 milhões.

Receita própria é toda receita que ingressa na conta única vinculada à UFF através do pagamento de uma Guia de Recolhimento da União. A Divisão de Apropriação Financeira, pertencente à Coordenação Financeira – COFIN do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, faz a classificação de toda receita arrecadada por fontes de recurso. As fontes indicam a quem pertence a arrecadação, seja a uma Pró-Reitoria, um projeto, uma unidade, um departamento, etc.

A receita de serviços foi a responsável resultado positivo na arrecadação. Por outro lado, as Receitas Patrimoniais, Agropecuárias e Outras Receitas Correntes registraram realização inferior ao previsto para o exercício. As maiores arrecadações foram obtidas por Serviços Educacionais, Aluguéis, Serviços Administrativos e Taxa de Inscrição em Concursos Públicos. A receita de serviços educacionais é responsável pela maior arrecadação na universidade e representa contrapartida pelo fornecimento de cursos, realização de projetos e serviços voltados para a educação.

Em relação às receitas de aluguel, é interessante destacar que 90% do valor arrecadado diz respeito a

¹ A previsão da receita é realizada antes da elaboração da Projeto Orçamentária Anual (PLOA). Esse valor difere do informado no quadro 5.1.3, que se refere ao valor de dotação efetivamente aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para recursos próprios.

contratos com instituições financeiras que alugam espaços na UFF. Já Serviços Administrativos, em geral, são serviços como pagamentos de emissão de diplomas, certificados e outros documentos que têm cobrança para emissão em 1ª ou 2ª via.

4.11. Restos a Pagar (Balanço Orçamentário)

Tabela 15 – em R\$

| RESTOS A PAGAR | Inscritos e Reinscritos | Cancelados | Pagos | A pagar |
|-----------------|-------------------------|------------|-------------|------------|
| Processados | 141.092.024 | 271.012 | 140.737.560 | 83.452 |
| Não Processados | 146.165.193 | 2.562.139 | 107.165.597 | 36.437.458 |
| Total | 287.257.217 | 2.833.150 | 247.903.156 | 36.520.910 |



Tabela 16 - restos a pagar processados detalhados por Ação de Governo em R\$

| AÇÃO DE GOVERNO | | INSCRITOS | REINSCRITOS | CANCELADOS | PAGOS | SALDO |
|----------------------------|------|--|-------------|------------|------------|-------------|
| DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | |
| | 0181 | APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO | 69.975.513 | | 69.975.513 | - |
| | 20TP | ATIVOS CIVIS DA UNIAO | 70.079.397 | | 271.012 | 69.808.385 |
| | | | 140.054.910 | - | 271.012 | 139.783.898 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
| | 00P1 | APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE | 1.039.094 | | 1.039.094 | - |
| | 0536 | BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACA | 14.020 | | 14.020 | - |
| | 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR | 794.636 | | 794.636 | - |
| | 20GK | FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI | 968.785 | | 968.785 | - |
| | 20JP | DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROJETOS E EVENTOS D | | 330.600 | | 330.600 |
| | 20RK | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR | 396.538 | 883 | 579 | 396.683 |
| | 20U9 | DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS DE AGENTES PUBLICOS | 901 | | 901 | - |
| | 20Y4 | ARTICULACAO E ORDENAMENTO TURISTICO | 103.577 | | 103.577 | - |
| | 211A | CONSOLIDACAO DE ASSENTAMENTOS RURAIS | 10.500.000 | | 10.500.000 | - |
| | 212B | BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI | 3.981.719 | | 3.981.719 | - |
| | 21AM | ARTICULACAO, COOPERACAO E ATUACAO INTEGRADA PARA O DESENVOLV | 166.143 | | 166.143 | - |
| | 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q | 22.573 | | 22.573 | - |
| | 4590 | QUALIFICACAO E CERTIFICACAO NO TURISMO | | 51.411 | | 51.411 |
| | 8282 | REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E | 59.367 | | 59.367 | - |
| | | | 18.047.354 | 382.894 | 579 | 18.047.498 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | |
| INVESTIMENTOS | | | | | | |
| | 15R3 | APOIO A CONSOLIDACAO, REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INST | 26.372 | | 26.372 | - |
| | 20GK | FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI | 9.875 | | 9.875 | - |
| | 20JP | DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROJETOS E EVENTOS D | | 83.452 | | 83.452 |
| | 20RK | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR | 37.089 | | 37.089 | - |
| | 8282 | REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E | 880.326 | | 880.326 | - |
| | | | 953.661 | 83.452 | - | 953.661 |
| TOTAL | | | 141.008.571 | 83.452 | 271.012 | 140.737.560 |
| | | | | | | 83.452 |

Tabela 17 - Restos a pagar não processados detalhados por Ação de Governo em R\$

| AÇÃO DE GOVERNO | | INSCRITOS | REINSCRITOS | CANCELADOS | A LIQUIDAR | LIQUIDADOS | LIQUIDADOS A PAGAR | PAGOS | A PAGAR |
|----------------------------|--|------------|-------------|------------|------------|------------|--------------------|------------|-----------|
| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | | |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | | | |
| 20TP | ATIVOS CIVIS DA UNIAO | 266.545 | 76.054 | 74.855 | 12.694 | 255.050 | - | 255.050 | 12.694 |
| | | 266.545 | 76.054 | 74.855 | 12.694 | 255.050 | - | 255.050 | 12.694 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | | |
| 00OQ | CONTRIBUICOES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM EXIGENCIA DE P | 2.000 | 5.000 | 7.000 | - | | | | - |
| 00PI | APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE) | 1.525 | 17.362 | 7.974 | - | 10.913 | - | 10.913 | - |
| 0487 | CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR | 1.940.083 | 662.614 | 409.078 | 1.556.541 | 637.078 | 3.873 | 633.206 | 1.560.413 |
| 0509 | APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA | 374.861 | | | - | 374.861 | - | 374.861 | - |
| 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR | 29.456 | | 0 | - | 29.456 | - | 29.456 | - |
| 20GK | FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI | 6.800.814 | 347.024 | 173.229 | 631.791 | 6.342.818 | 19.108 | 6.323.710 | 650.899 |
| 20RI | FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO BASICA | 105.902 | 7.286 | 6.602 | 1.054 | 105.532 | - | 105.532 | 1.054 |
| 20RJ | APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E | 91.470 | 2.174 | 4.717 | 5.869 | 83.058 | 1.006 | 82.052 | 6.875 |
| 20RK | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR | 31.638.362 | 5.983.130 | 1.227.540 | 6.530.174 | 29.863.779 | 178.425 | 29.685.353 | 6.708.599 |
| 20RL | FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P | 221 | | | 221 | | | | 221 |
| 20U9 | DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS DE AGENTES PUBLICOS | 23.302 | | 0 | 18.840 | 4.462 | - | 4.462 | 18.840 |
| 20Y4 | ARTICULACAO E ORDENAMENTO TURISTICO | 29.424 | | | - | 29.424 | - | 29.424 | - |
| 20YI | IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO A SAUDE | | 249.176 | 0 | - | 249.176 | - | 249.176 | - |
| 20ZH | PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO | 1.050.000 | | | - | 1.050.000 | - | 1.050.000 | - |
| 20ZM | PRODUCAO E DIFUSAO DE CONHECIMENTO NA AREA CULTURAL | 5.880 | 1.920 | 1.920 | 4.880 | 1.000 | - | 1.000 | 4.880 |
| 212B | BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI | 63.605 | 75.711 | 54.064 | - | 85.252 | - | 85.252 | - |

| AÇÃO DE GOVERNO | | INSCRITOS | REINSCRITOS | CANCELADOS | A LIQUIDAR | LIQUIDADOS | LIQUIDADOS A PAGAR | PAGOS | A PAGAR |
|-----------------|--|--------------------|-------------------|------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| 218H | SUSTENTABILIDADE, FORMALIZACAO, POSICIONAMENTO E APOIO A COM | 660.000 | | | - | 660.000 | - | 660.000 | - |
| 21B6 | ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL | 122.670 | | | - | 122.670 | - | 122.670 | - |
| 21CD | IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO ESPECIALIZADA A SAUDE | 518.278 | | | 518.278 | | | | 518.278 |
| 2810 | PROMOCAO DO ACESSO AO PATRIMONIO DOCUMENTAL NACIONAL | 33.000 | | | - | 33.000 | - | 33.000 | - |
| 4002 | ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR | 8.283.580 | 417.344 | 101.757 | 122.792 | 8.476.374 | - | 8.476.374 | 122.792 |
| 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q | 19.904 | 271.272 | 95.646 | 56.401 | 139.130 | - | 139.130 | 56.401 |
| 8282 | REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E | 10.691.264 | 5.142.316 | 57.822 | 872.388 | 14.903.369 | 417 | 14.902.952 | 872.805 |
| 8585 | ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A | 189.597 | 37.764 | 20.494 | 19.659 | 187.208 | - | 187.208 | 19.659 |
| | | 62.675.198 | 13.220.092 | 2.167.842 | 10.338.886 | 63.388.561 | 202.830 | 63.185.732 | 10.541.716 |
| INVESTIMENTOS | | | | | | | | | |
| 15R3 | APOIO A CONSOLIDACAO, REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INST | | 275.742 | | 12.279 | 263.463 | - | 263.463 | 12.279 |
| 20GK | FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI | 64.759 | 123.198 | 11.700 | 134.007 | 42.249 | - | 42.249 | 134.007 |
| 20RK | FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR | 5.758.929 | 1.330.778 | 257.008 | 2.379.790 | 4.452.908 | 13.870 | 4.439.038 | 2.393.660 |
| 8282 | REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E | 34.833.949 | 27.539.949 | 50.733 | 22.976.642 | 39.346.525 | 366.460 | 38.980.064 | 23.343.102 |
| | | 40.657.636 | 29.269.668 | 319.441 | 25.502.718 | 44.105.145 | 380.330 | 43.724.815 | 25.883.048 |
| | | | | | | | | | |
| TOTAL | | 103.599.379 | 42.565.814 | 2.562.139 | 35.854.298 | 107.748.756 | 583.160 | 107.165.597 | 36.437.458 |

4.12. Resultado Orçamentário (Balço Orçamentário)

Foi estimado para a Universidade Federal Fluminense uma arrecadação de R\$16,9 milhões para o exercício de 2022. A receita realizada superou a previsão e alcançou o valor de R\$17,083, com destaque para os serviços administrativos e a exploração do patrimônio imobiliário através da permissão de uso de espaço público.

Em relação à despesa, foi dotado o valor de R\$2,380 bilhões para execução orçamentária no decorrer do período. A despesa empenhada pela UFF relativa à sua dotação orçamentária foi de R\$2,345 bilhões e o total empenhado referente ao recebimento de transferência externa de crédito orçamentário foi de R\$74,552 milhões. A despesa empenhada evidenciada no balanço orçamentário, no valor de R\$2,419 bilhões, compreende tanto as despesas empenhadas da dotação quanto as executadas oriundas dos desates recebidos.

A origem de recursos para a manutenção das atividades das universidades e institutos federais advém da Governo Federal, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Desta forma, as universidades públicas federais e institutos de educação em geral apresentam resultado orçamentário deficitário, pois sua atividade se pauta no fornecimento de ensino gratuito e de qualidade, além de promover pesquisas e estudos capazes de contribuir com o desenvolvimento social e científico do País.

4.13. Resultado Patrimonial (Demonstração das Variações Patrimoniais)

No exercício de 2022, a UFF apresentou um resultado patrimonial de R\$536,9 milhões, apresentando uma posição materialmente superior ao exercício anterior, quando a UFF apresentou um resultado patrimonial de R\$ 108,2 milhões. Ou seja, o resultado patrimonial evoluiu 396% de um exercício para o outro.

Dentre as explicações para o resultado alcançado pode-se destacar a reavaliação integral do valor dos imóveis, o que gerou uma valorização significativa no patrimônio da instituição, e o aumento das transferências e delegações recebidas.

A Universidade Federal Fluminense reavaliou integralmente os seus imóveis e tal procedimento resultou numa valorização de R\$395,8 milhões do patrimônio da entidade. Este resultado não reflete ingresso de recursos financeiros e sim um ajuste ao valor de mercado.

As transferências financeiras e delegações recebidas evoluiu 7% em relação ao exercício imediatamente anterior, atingindo o valor de R\$2,899 bilhões. O grupo representa as transferências financeiras para pagamento de despesas com pessoal e encargos, previdência e benefícios assistenciais, manutenção e para a execução projetos em cooperação com outros órgãos e instituições.

Apesar do impacto menor em comparação com os itens anteriores, destaca-se também como representativo de desempenho da instituição no exercício a redução de R\$12,550 milhões das despesas com consumo de serviços.

4.14. Resultado Financeiro (Balço Financeiro)

Tabela 18 – em R\$

| Resultado Financeiro | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Receitas Orçamentárias | R\$ 17.083.215 | R\$ 20.499.317 |
| Transferências Financeiras Recebidas | R\$ 2.866.612.896 | R\$ 2.699.985.771 |
| Recebimentos Extraorçamentários | R\$ 268.325.968 | R\$ 265.395.462 |
| Despesas Orçamentárias | (R\$ 2.419.992.552) | (R\$ 2.358.091.160) |
| Transferências Financeiras Concedidas | (R\$ 437.396.865) | (R\$ 386.917.750) |
| Pagamentos Extraorçamentários | (R\$ 267.123.159) | (R\$ 247.066.263) |
| | R\$ 27.509.502 | (R\$ 6.194.623) |

O resultado financeiro auferido no exercício, pelo confronto dos ingressos orçamentários e extraorçamentários contra os dispêndios orçamentários e extraorçamentários, foi de R\$27,509 milhões.

5. Declaração do Contador

Declaro que as demonstrações contábeis presentes neste Relatório Contábil de Propósito Geral, elaborado tendo como base legal a Lei nº 4.320/1964, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei nº 10.180/2001 e Lei Complementar nº 101/2000, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade jurisdicionada, exceto no tocante aos seguintes itens:

1. Registro de depreciação de bens móveis não contempla a totalidade de bens da Instituição, tendo em vista que o inventário de bens realizado no exercício é inferior a 70% do total reconhecido nas demonstrações contábeis.
2. Possível inexatidão entre os créditos inscritos em dívida ativa no que se refere à perspectiva de perda ou ganho das ações de execução fiscal.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Niterói, 27 de janeiro de 2023

RAFAEL LINES LESSA

CRC-RJ 110183/O-7

Contador Responsável

Coordenador de Contabilidade – CCONT

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

RELATÓRIO CONTÁBIL | **2022**
DE PROPÓSITO GERAL

